Quem é Camilo Cristóforo, primeiro vereador cassado por racismo em São Paulo

Estadão Conteúdo

No primeiro ano como vereador, em 2017, Cristóforo foi acusado de agredir verbalmente a então vereadora Isa Penna

O ex-vereador Camilo Cristóforo (Avante), cassado nesta terça-feira, 19, por uso de expressão racista, coleciona polêmicas na atuação na Câmara de São Paulo. Outro caso de racismo, atitudes transfóbica e machista e ironia à origem japonesa de colega de plenário estão no histórico do político. Aos 62 anos, ele tem reduto eleitoral no bairro Ipiranga, na Zona Sul paulista, e já foi filiado a cinco partidos.

Formado em Direito, Cristóforo se elegeu pela primeira vez em 2016, quando obteve 29.603 votos. Na época, concentrou as críticas nas redes sociais a Fernando Haddad (PT), então prefeito da capital. Nas eleições de 2020, conquistou novamente uma cadeira na Câmara, com 23.431 votos. Na campanha, o alvo passou a ser João Doria (PSDB), que havia deixado o cargo de prefeito para concorrer a governador.

Na biografia ainda disponível no site da Câmara, Cristóforo diz que ingressou na vida política aos 18 anos, ao se aproximar de Jânio Quadros. Também atuou como procurador do Estado na década de 1990.

No primeiro ano como vereador, em 2017, Cristóforo foi acusado de agredir verbalmente a então vereadora Isa Penna, com xingamentos de “vagabunda” e “terrorista”. Na época, ela era do PSOL, e hoje é deputada estadual pelo PCdoB. Uma funcionária da Casa presenciou a discussão. Houve pedido de cassação, mas o caso não avançou.

Em 2018, ele criticou o vereador George Hato (MDB), que é de origem japonesa, ao puxar os olhos com as mãos. Em maio deste ano, Hato disse, em discurso no plenário da Câmara, que Cristóforo afirmou “vou dar um cacete nesse japonês” ao encontrá-lo no prédio. O então vereador negou. Os dois têm desavenças há anos.

Ainda legislatura de 2017-2020, Cristóforo foi condenado à sanção máxima pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-SP) por fazer captação ilícita de recursos

financeiros durante as eleições de 2016 e ainda foi acusado de receber verbas de campanha da mesma “laranja” que teria abastecido a candidatura de José Auricchio Jr. (PSDB), prefeito de São Caetano do Sul, na época. Cristófaru perdeu o mandato, mas conseguiu restituir o cargo após uma decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin.

Em 2019, ao retornar à Casa, Cristófaru teve uma atitude transfóbica no plenário da Câmara ao chamar o vereador Thammy Miranda (PL) no feminino. “Cumprimentar a Thammy, quem eu vi nascer. Filha da Maria Odete, amiga do Colégio Regina Mundi, da minha irmã... Filha, na época, da minha amiga Maria Odete, quando fui visitá-la na Aclimação”, disse na ocasião. Thammy assumiria o cargo após a decisão do TRE.

No mesmo ano, foi acusado em outro caso de racismo. No plenário da Câmara Municipal, chamou o vereador Fernando Holiday (PL) de “macaco de auditório”. Na época, Holiday disse ao Estadão que se sentiu “revoltado” ao ouvir as falas. Cristófaru se defendeu dizendo que a “macaco de auditório” é uma “expressão popular”.

Entenda o motivo da cassação

A declaração que levou à cassação dele ocorreu em 2022, no segundo mandato na Câmara. A sessão da CPI dos Aplicativos foi interrompida após um áudio de conteúdo racista vazar no microfone do plenário virtual. “Olha só, lavando a calçada, isso é coisa de preto”, disse Cristófaru. Por conta da repercussão negativa, o diretório estadual do PSB, partido ao qual ele era filiado na época, o expulsou da legenda.

<https://odia.ig.com.br/brasil/2023/09/6711187-quem-e-camilo-cristofaro-primeiro-vereador-cassado-por-racismo-em-sao-paulo.html>

Veículo: Online -> Portal -> Portal O Dia - Rio de Janeiro/RJ

Seção: São Caetano